

Potencial e limites da pesquisa participativa para o planejamento da gestão e do uso dos recursos naturais: o caso do município de Uruará na região da Transamazônica

Iliana Salgado*, Christian Castellanet**

*LAET - CP 231 68.370-000 Altamira-PA

**UFPA/CAP/NEAF e GRET - 213, rue Lafayette 75010 Paris, França

Resumo

O Programa Agro-ecológico da Transamazônica (PAET) foi iniciado em 1993 na região da Transamazônica, por meio de uma parceria entre uma federação regional que reúne várias organizações de agricultores (MPST) e uma equipe multidisciplinar de pesquisa e desenvolvimento (LAET).

O município de Uruará, típico de "fronteira econômica", foi selecionado para uma experiência de pesquisa e planejamento participativos, com um enfoque especial sobre o uso dos recursos florestais. Um diagnóstico sobre uso dos recursos naturais e sobre a dinâmica de ocupação foi iniciado no município, seguido de um estudo sobre os aspectos econômicos da exploração madeireira e suas conseqüências. Alternativas foram discutidas com as populações e algumas delas foram adotadas e iniciadas. Este artigo discute o potencial e os limites de uma abordagem participativa para planificação local. Existem contradições entre os diferentes grupos locais, e não somente os usuários mas também outros atores locais. A dinâmica de uma participação local e da construção de um projeto coletivo é complexa e não pode ser separada da construção da democracia.

Palavras-chave: recursos naturais, planificação, exploração madeireira, Amazônia.

Abstract

The Programa Agro-ecológico da Transamazônica (PAET) was founded in 1993 in the Transamazonian region of the Brazilian Amazon, through a partnership between a regional federation of small farmers' organisations (MPST), and a multidisciplinary research and development team (LAET). The district (município) of Uruará, typical of the frontier economy, was selected for a study using participatory research coupled with participatory planning, with a special focus on the use of forest resources. An appraisal of natural resource use and occupation dynamics was undertaken for the district of Uruará, and this was followed by a study of the wood extraction economy and its consequences. Alternative forms of natural resource utilisation were discussed with the local population during various meetings and district-level conferences, several alternatives were officially adopted by local government, however, their implementation has occurred only in limited numbers. This paper discusses the potential and limits of a participatory approach to local planning. There are conflicts between different local groups, not only resource users but also other local actors. The dynamics of local participation and the construction of a collective project are complex and cannot be separated from the creation of a democracy.

Key-words: natural resource management, participatory planning, participatory research, timber exploitation, Amazonia.

Resumé

Le Programa Agro-ecológico da Transamazônica (PAET) a été initié en 1993 dans la région de la Transamazonienne, à partir d'un partenariat entre une fédération régionale qui réunit plusieurs organisations d'agriculteurs (Movimento Para a Sobrevivência da Transamazônica) et une équipe multidisciplinaire de recherche et développement (Laboratório Agro-ecológico da Transamazônica). Le municípe d'Uruará, typique de la «frontière économique», a été sélectionné pour une expérience de recherche participative et de planification locale, à partir d'une étude sur la filière bois et ses conséquences. Des alternatives ont été discutées avec les populations et quelques unes ont été mises en place. Cet article discute sur le potentiel et les limites de la recherche participative. Il y a des contradictions entre les différents groupes locaux, et pas seulement les usagers, mais aussi d'autres acteurs locaux. La dynamique d'une participation locale et de la construction d'un projet collectif est complexe et ne peut pas être séparée de la construction de la démocratie.

Le présent article a pour objectif d'analyser, après deux années et demi de mise en pratique d'une recherche participative, de quelle façon se construit la relation entre les chercheurs et ses partenaires sociaux, notamment les organisations locales d'agriculteurs. Dans cette optique, nous utilisons une méthode historique de description qualitative et séquentielle des événements du projet. Dans une première partie, nous analysons le contexte régional et institutionnel du programme de recherche-action, et de la dynamique agraire du municipe de Uruará dans lequel a pris place une recherche-action sur la gestion du bois et la gestion collective des ressources forestières. Les résultats et les étapes de cette recherche (test de commercialisation du bois, cours de 4 jours en 1995 à une quinzaine d'agriculteurs sur une meilleure valorisation du bois) sont présentés de façon succincte dans cet article de façon à nous concentrer sur les discussions qu'ils suscitent dans le domaine d'une recherche participative et des méthodes de travail avec les agriculteurs et leurs représentants. A partir des atouts et des limites de cette première expérience, nous tentons de dégager des enseignements méthodologiques plus généraux dans les parties suivantes.

Les résultats sont loin d'avoir aujourd'hui pleinement atteint les objectifs fixés au départ. Le projet de forêt municipale a été abandonné, le projet de coopérative de gestion et de valorisation du bois n'a pas prospéré. Le seul projet neuf qui semble faire son chemin est celui de «programme pilote agro-forestier» qui prévoit la diffusion de plants d'espèces d'arbres fruitiers, la mise en place d'installations et de d'entreprises agro-industrielles de valorisation des fruits. Toutefois les effets de ce genre d'actions collectives et de recherche participatives ne sont pas seulement à rechercher dans les objectifs déclarés initiaux mais aussi dans les transformations organisationnelles et sociales et les apprentissages ayant lieu du fait du projet.

Mots-clés: ressources naturelles, planification, exploitation du bois, Amazonie.

Introdução

Existe hoje um consenso de que as leis da oferta e da demanda no livre mercado não permitem a melhor gestão dos recursos naturais. Na Amazônia, em particular, estas regras se traduzem por um desperdício considerável dos recursos florestais, por meio do desmatamento acelerado e da valorização reduzida dos recursos madeireiros e não madeireiros (Barros e Veríssimo, 1996). É preciso então implementar regras coletivas para se chegar a uma gestão mais sustentável. Observam-se duas grandes correntes de pensamento sobre essa questão: a primeira considera que o Estado deve assumir inteiramente esta responsabilidade, por meio de leis e medidas apropriadas; a outra considera que as coletividades locais são as mais indicadas a gerir esses recursos de maneira judiciosa. Uma síntese, cada vez mais freqüente, considera que as regras definidas no nível local, por meio de um acordo de diferentes usuários, devem ser em seguida controladas e garantidas pelo Estado. A contradição entre os interesses individuais e coletivos em torno da gestão dos recursos naturais só poderá ser transposta pela implantação de regras e de políticas de apoio e de controle adaptadas, tanto no nível dos próprios grupos sociais concernidos, quanto no da sociedade no seu conjunto, com o papel indispensável do Estado como árbitro dos conflitos e assegurado do bem comum (Ostrom, 1990). Mas como favorecer a emergência deste acordo

local onde ele ainda não existe?

A pesquisa participativa foi proposta como um dos métodos que pode contribuir para esse consenso. A utilização da pesquisa participativa no mundo rural foi experimentada por agrônomos e antropólogos a partir dos anos 80 (Rhodes e Booth, 1982) e ela é hoje amplamente aplicada e debatida (Chambers *et al*, 1989, Long e Villareal, 1994). A utilização da pesquisa participativa para a gestão dos recursos naturais parece mais ou menos contemporânea, mas pouco desenvolvida. Ela pode ser longa ou rápida, implicar vários pesquisadores de diversas disciplinas ou uma equipe essencialmente formada de técnicos locais ou de animadores especializados. Entretanto, em geral, parte-se do princípio (nem sempre formulado explicitamente) de que a pesquisa participativa permite a tomada de consciência dos problemas pela população local, portanto, facilita sua resolução posterior. Às vezes, considera-se que esta coletividade local é homogênea, ignorando então os conflitos eventuais que podem existir entre os usuários. Trata-se de um erro metodológico sério, pois qualquer estudo detalhado, mesmo nas comunidades consideradas como as mais unidas ou “primitivas” (no sentido que “escapam” do mercado), mostra a existência de interesses divergentes, no mínimo entre gerações e entre sexos.

Logo que essas divergências de interesses e de pontos de vista entre as categorias de usuários dos recursos naturais são identificadas, a forma de

se fazer chegar a um consenso apesar desses conflitos é raramente explicitada (Chabosseu *et al.*, 1994). Geralmente, implicitamente (até mesmo inconscientemente) os pesquisadores, na maioria das vezes de países desenvolvidos, consideram que o interesse geral (visto como o interesse da maioria) poderá prevalecer, uma vez que o debate entre os diversos grupos de usuários se torna público. As metodologias de "resolução dos conflitos" desenvolvidas principalmente nos países de tradição anglo-saxônica partem dos mesmos pressupostos (Susskind e Cruikshank, 1987), embora eles reconheçam que diferenças de poder econômico ou político entre os diferentes grupos de usuários são obstáculos para uma resolução otimizada destes conflitos. Isso pode ser verdadeiro nas sociedades com uma cultura "democrática" antiga, mas está longe de ser evidente em outras situações, onde as relações sociais "tradicionais", hierárquicas ou paternalistas continuam predominantes (Geffray, 1995).

O presente artigo tem como objetivo analisar, a partir de um trabalho de pesquisa participativa de dois anos e meio, como se estabelece e se constrói a relação entre pesquisadores e os diferentes usuários, e especialmente com as organizações locais de agricultores. Para essa análise, utilizamos um método histórico, de descrição qualitativa e seqüencial. Em primeiro lugar, apresentamos o contexto regional e institucional do programa de

pesquisa-ação; em seguida, a dinâmica do município de Uruará, onde se evidenciou a demanda por uma pesquisa-ação sobre a exploração madeireira; os seus resultados e, por último, como os diferentes atores reagiram a essa pesquisa e prosseguiram na discussão de gestão coletiva dos recursos florestais. A partir dos limites e do potencial dessa experiência de pesquisa participativa, tentamos tirar algumas conclusões metodológicas. Consideramos que na metodologia de pesquisa-ação, a observação dos resultados de uma intervenção planejada permite confirmar as hipóteses e o quadro teórico inicial e formular novas hipóteses, e contribuir assim ao progresso do conhecimento, dentro de um processo cíclico que acaba com a resolução do problema formulado pelos atores sociais (Barbier, 1996; Verspieren, 1992).

1. O contexto da pesquisa participativa em nível regional

A região da Transamazônica, que se estende num trecho de 500 km entre os municípios de Pacajá e Rurópolis, é uma das principais zonas de colonização agrícola criada pelo governo brasileiro nos anos 70 na Amazônia. Depois de um período de crescimento rápido da população nos anos 70 e 80, característico das frentes pioneiras recentes, observa-se agora uma certa estabilização da população regional. Entretanto as zonas ocupadas

pelos agricultores (na grande maioria lotes de 100 a 200 ha) não cessam de se expandir, a partir de aberturas feitas para a exploração da madeira.

O desmatamento prossegue num ritmo relativamente fraco, mas constante na região: da ordem de 2% das zonas ocupadas por ano (Regina *et al.*, 1995). Isso contrasta com as taxas de desmatamento muito mais elevadas observadas nas regiões de grandes fazendas (criação de gado extensivo) do sul e sudeste do Pará. Por outro lado, a exploração madeireira se desenvolveu muito rapidamente a partir de 1993, com o afluxo de serrarias provenientes de outras regiões (sul do Pará principalmente), devido ao esgotamento dos recursos facilmente exploráveis naquelas regiões. Este desenvolvimento rápido da exploração madeireira preocupa os responsáveis das organizações de pequenos agricultores da região, bem como as organizações da sociedade civil em geral, pois ele implica, para o futuro da região, riscos ambientais, e inclusive sociais (violência, desestruturação, corrupção) importantes.

No início da colonização da Transamazônica, o governo investiu muito em infra-estruturas, como cooperativas e equipamentos agrícolas, subsídios e assistência técnica. A partir dos anos 80, entretanto, as ajudas governamentais foram extintas. Em face dessa situação, os agricultores da região se organizaram com o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica

(MPST), que reúne 8 sindicatos de pequenos agricultores, 23 associações e 5 cooperativas agrícolas, movimentos de jovens, de mulheres, sindicatos de professores, em toda a região da Transamazônica. Entretanto, seu objetivo ultrapassa o quadro meramente reivindicativo, já que ele consiste em propor uma nova política de desenvolvimento econômico, social e agro-ecológico para os pequenos e médios agricultores da Transamazônica (LAET e MPST, 1993). O MPST procurou uma aliança com os pesquisadores e técnicos ligados à Universidade Federal do Pará desde 1992, e isso levou então à criação de uma equipe local de pesquisa-ação denominada LAET em 1993.

O LAET é composto de 8 pesquisadores permanentes, agrônomos, ecólogos, sociólogos e economistas, da UFPA e da EMBRAPA, como também de outras instituições de cooperação internacional, GRET¹ e ORSTOM². O LAET foi criado na perspectiva da realização de pesquisas-ações, ou seja, pesquisas participativas às quais os agricultores estão associados desde a definição dos objetivos de pesquisa até a restituição dos resultados, a verificação da sua validade e suas conseqüências para os projetos dos produtores (Rhoades, 1984). A definição das linhas prioritárias de

1 Groupe de Recherches et d'Échanges Technologiques.

2 Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération.

pesquisa-ação é baseada numa confrontação entre as demandas dos produtores e a análise dos pesquisadores, resultante do diagnóstico preliminar (Bellon *et al*, 1985). Trata-se de um processo iterativo e interativo, onde o diagnóstico é periodicamente revisto a partir dos resultados da pesquisa-ação. O estabelecimento de uma parceria com as organizações de agricultores foi considerado como uma opção importante do programa para não só permitir multiplicar os resultados mas também reforçar o peso dos agricultores nas suas relações com os poderes públicos (Merril Sands e Collion, 1993).

Dessa forma, a pesquisa não é neutra, ela tem o objetivo de fortalecer as dinâmicas democráticas, a capacidade dos produtores de influir sobre o desenvolvimento, elaborando conjuntamente, pesquisadores e produtores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a implementação de soluções (Castellanet *et al*, 1995). A pesquisa participativa acredita atuar nos processos de transformação da sociedade em compromisso com os produtores familiares.

Em 1993, a partir de um primeiro seminário entre LAET e agricultores de organizações pertencentes ao MPST, foi lançado o PAET (Programa Agro-Ecológico da Transamazônica), onde eixos de trabalhos prioritários foram definidos. A cada ano, esses eixos são avaliados e renegociados entre LAET e MPST, por meio de seminários de reflexão e

de planificação estratégica. De acordo com os assuntos e o tipo de pesquisa a ser realizada, a participação dos produtores toma, entretanto, formas e níveis de intensidade variados. A construção do diálogo com os agricultores supõe estabelecer relações politicamente equilibradas (Hebette, 1995) e baseadas na conquista da confiança. Trata-se de um processo gradual, que só se estabelece com o tempo (Castellanet *et al*, 1996).

O trabalho de planificação estratégica realizado em 94 e 95 em nível regional com a direção do MPST permitiu, em particular, reformular um objetivo comum entre as organizações de produtores e a equipe de pesquisa-desenvolvimento. Trata-se do desenvolvimento sustentável na região a longo prazo (ou seja, para as próximas gerações). Um horizonte temporal como esse supõe ao mesmo tempo a estabilização e o reforço da agricultura familiar (no nível das próprias explorações familiares e das coletividades locais), mas igualmente a gestão sustentável dos recursos naturais, ou seja, a conservação da fertilidade do meio e a manutenção de uma floresta produtiva.

Neste processo de discussão, chegou-se à conclusão de que os agricultores são conscientes da contradição existente (aliás bem clássica na economia do meio ambiente) entre o interesse coletivo, a longo prazo, e os interesses individuais a curto prazo, que os incitam a desmatar o mais rapidamente possível para transformar

o "capital florestal" em capital agrícola e em gado (de Reynal *et al.*, 1995).

Para o MPST, era importante começar a trabalhar para uma melhor gestão dos recursos naturais, já que existe uma demanda em nível internacional e nacional para a conservação das florestas. Diante da opinião pública internacional e nacional (e conseqüentemente de financiadores), o MPST necessitaria mostrar que os agricultores não somente desmatam para a agricultura, mas também tentam preservar a floresta. Em nível regional também, a sociedade urbana, os estudantes, principalmente, vêem a exploração florestal como predatória e pouco rentável para a região. Dessa forma, o MPST, como uma ONG cujo lema é "viver, produzir e preservar" era obrigado a tomar sua posição nas discussões ecológicas, tendo consciência de que sua "base" de agricultores não estava obrigatoriamente muito mobilizada.

Considerando as características atuais da sociedade e do Estado nas zonas de fronteira, o LAET partiu do princípio inicial de que as organizações locais de agricultores são interlocutores privilegiados para iniciar um debate sobre o estabelecimento das novas normas e regras. Um trabalho exclusivamente destinado aos serviços governamentais teria pouca chance de se realizar. Como os pesquisadores do MAB (Programa Man and Biosphere da UNESCO), se considerou que não haverá soluções para os problemas de meio ambiente sem a participação efetiva das

populações locais (Moser e Peterson, 1981). É reforçando a sociedade civil e apoiando o diálogo com as instituições públicas que um novo projeto de desenvolvimento, baseado sobre as realidades locais (e de forma alguma tecnocrático e autoritário, como foi o primeiro projeto de colonização), poderá ser elaborado.

Toda a dialética da pesquisa-ação feita no quadro do PAET se baseia no diálogo com as organizações de produtores e as organizações territoriais (municipalidades), em torno dessa contradição entre curto e longo prazo, como também entre os diferentes grupos de atores econômicos que intervêm na região (LAET e MPST, 1994). Dentro desse quadro do PAET foi então decidido, desde 1993, lançar um eixo de pesquisa participativa sobre a exploração da floresta e a ocupação do território.

2. A dinâmica de Uruará e o início da pesquisa-ação sobre a madeira

Desde o início do Programa PAET, foi preciso selecionar alguns municípios³ (entre os 10 da região Transamazônica) para iniciar o diagnóstico inicial (zoneamento agroecológico e diagnóstico da produção familiar). Depois de uma discussão

3 Na Transamazônica, muitos municípios são recentes (criados entre 1980 e 1990). Eles têm em média uma superfície de 5.000 a 10.000 km², e uma população de 10.000 a 50.000 habitantes.

com o MPST, 3 municípios foram escolhidos, entre eles Uruará, considerado como representativo da região oeste de Altamira, principalmente no que diz respeito à exploração madeireira (3º município da Transamazônica com maior produção madeireira em 1994). Um outro fator sem dúvida decisivo na sugestão do MPST foi o dinamismo particular desse município, desde sua formação espontânea, em 1978, em torno da casa do vigário e da escola (Hamelin, 1990).

Personalidades marcantes no plano regional, tanto em nível dos sindicatos quanto dos eleitos locais ou da igreja, participaram nesse dinamismo. Em 1992, um técnico agrícola que tinha ganhado popularidade junto aos agricultores do município foi eleito como prefeito, com o apoio do sindicato de agricultores (STR) e da igreja católica, o que criou muitas expectativas em torno de uma equipe enfim moderna e técnica no município. A região havia sido também freqüentada por vários pesquisadores nacionais e estrangeiros, do ORSTOM e do Museu Goeldi, o que reforçava o clima de debate e de discussão com os representantes de organizações locais.

Esse dinamismo manifestou-se também durante os primeiros contatos do LAET no município, em outubro de 1993, na organização de um Festival Cultural, apoiado pela Igreja Católica e pela Prefeitura. Foi organizado um dia de debates sobre o futuro do município, com a participação do LAET, tendo-se como

temas recorrentes na discussão a exploração madeireira e o “repensar” da colonização. A partir desses resultados, pessoas-chave do município (prefeito, técnicos, padre) propuseram a organização de uma conferência (denominada 1ª Conferência sobre os Projetos Econômicos Alternativos) com a participação de várias instituições locais, o que ocorreu em março de 1994.

Um diagnóstico inicial (zoneamento participativo do município) foi realizado pela equipe do LAET, em outubro de 93, a partir de quarenta questionários aplicados aos agricultores representantes de diversas comunidades. Esse diagnóstico permitiu estabelecer um quadro dos recursos naturais e sua utilização no município e identificar os problemas socio-econômicos. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados e discutidos durante a 1ª Conferência.

A conferência reuniu aproximadamente 300 pessoas, entre as quais uma maioria de agricultores, técnicos de várias instituições locais, bem como diversos representantes de instituições governamentais.

Um dos pontos principais da Conferência foi discutir a questão delicada da reserva indígena Arara, situada no sul do município. Uma parte dessa reserva tinha sido ocupada pelos agricultores, incentivados pelos madeireiros (e com o apoio do INCRA) que abriram estradas e ramais para extrair a madeira ilegalmente na reserva. Como ela era

rica em mogno (*Swietenia macrophylla*), uma única empresa exportadora explorou essa área durante 8 anos e pequenos madeireiros continuam até hoje. A prefeitura tinha proposto novos limites para a reserva excluindo as áreas já ocupadas pelos agricultores, mas a FUNAI e as ONGs de apoio aos índios se opuseram. A Conferência foi a ocasião de tentar resolver esse conflito de forma pacífica, colocando em torno da mesa representantes dos colonos, a prefeitura, um representante do Ministério da Justiça, da igreja e os pesquisadores. Uma ONG indigenista (CIMI) que defende ativamente na região os direitos dos índios também foi convidada, mas somente como observadora. Mesmo que não se tenha encontrado uma solução imediata, uma iniciativa como essa evitou que o conflito se tornasse violento, o que é bastante freqüente no Pará, como os acontecimentos o mostram (Massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996; tomada como reféns de 77 índios Tembé pelos posseiros que ocupam ilegalmente sua reserva em 30 de maio de 96; fonte: Jornal "O Liberal").

A questão sobre a exploração madeireira, apresentada pelo LAET, foi igualmente muito polêmica. Alguns agricultores "atacam" os madeireiros reprovando-os de comprar as árvores a preços derrisórios e nem sempre cumprirem a palavra. Outros agricultores, entretanto, destacaram que os madeireiros eram indispensáveis, pois eram os únicos que abriam estradas e

as reparavam, já que o INCRA e a prefeitura se mostravam incapazes de assegurar essa manutenção. Os madeireiros, que estavam presentes, tentaram justificar seu trabalho diante dos agricultores. Durante o debate na plenária, os representantes das organizações de produtores ligados ao MPST tiveram dificuldade de ter a palavra, fortemente controlada por técnicos de instituições locais. Pode-se dizer, entretanto, que muitos agricultores ou jovens da cidade foram incentivados a entrar na discussão a partir da intervenção do LAET. O fato de ela ter sido cuidadosamente preparada, e apresentada de forma bem pedagógica, com desenhos simples e em torno de grandes questões, ajudou certamente a provocar uma discussão. Vários agricultores declararam que por uma vez eles tinham compreendido o que os pesquisadores queriam dizer, ao contrário da maior parte das apresentações demasiadamente técnicas.

Pode-se pensar que a posição dos pesquisadores do LAET, com o prestígio social de que eles se beneficiam, mesmo quando são criticados, permitiu aos mais fracos se exprimirem. "Onde existe uma forte pressão para a censura, a capacidade de dizer a verdade (o óbvio) pode permitir uma mudança, mesmo que temporária, nas relações de poder" (Castellanet *et al.*, 1996). Várias pessoas em seguida vieram nos dizer que temiam falar diante dos "poderosos" do município. Num contexto onde o assassinato de

concorrentes que incomodam por matadores pagos é freqüente, não se pode contradizê-los, mesmo que aparentemente as relações em Uruará sejam mais “civilizadas” que em outras regiões.

A conferência foi marcada igualmente pela visita “acidental” de um candidato às eleições para governador do Pará. Esta visita demonstrava bem que o objetivo da Conferência não era só a planificação participativa, mas igualmente a projeção do município sobre o plano nacional com a esperança de que ele se tornasse um município “piloto”, que se beneficiaria do apoio do futuro governo.

A partir de trabalhos em grupo de agricultores, várias propostas foram apresentadas no final da conferência, sendo que as mais importantes na questão florestal foram: a criação de uma reserva natural e de uma floresta de produção, e a valorização da madeira, a partir da criação de marcenarias ou da venda de madeira em volume pelos agricultores.

Para a realização dessas propostas, depois da conferência, uma fundação - FUNDASUR⁴ foi criada por um grupo de representantes das

4 As instituições presentes solicitaram ao LAET que participasse dessa Fundação. Considerando que seu objetivo era essencialmente obter financiamentos para montar projetos, a equipe finalmente decidiu se abster de uma participação direta, julgada muito arriscada. Porém, o LAET se colocou à disposição para ajudar a elaborar projetos. A Fundasur jamais comunicou ao LAET o conteúdo de vários projetos elaborados por seus técnicos.

instituições locais (os técnicos mais uma vez). A prefeitura obteve o apoio da SUDAM⁵ para realizar um zoneamento agro-ecológico detalhado do município a partir de imagens de satélite, sendo que um dos objetivos era determinar a melhor área para a delimitação da floresta municipal.

O LAET, por sua vez, elaborou uma proposta de aprofundamento da pesquisa (2ª fase), que foi apresentada ao MPST e ao sindicato de Uruará. A pesquisa consistia em estudar a exploração de madeira, os atores e os circuitos de comercialização, os custos e lucros a cada etapa. O objetivo era conhecer melhor o quadro da exploração florestal no município, a fim de propor medidas de planificação coletiva local destes recursos. A pesquisa poderia também permitir ao MPST compreender o contexto da exploração florestal nos outros municípios, e, a partir daí, elaborar uma proposta para a gestão dos recursos naturais a um nível regional.

Do ponto de vista dos agricultores “da base”, havia um interesse em estudar as alternativas para uma melhor utilização e valorização da madeira, e particularmente para a criação das serrarias comunitárias. Estava claro, entretanto, que isso seria difícil de gerir. Assim, o sindicato de Uruará não via claramente como a pesquisa poderia chegar aos seus objetivos. Em várias discussões, os sindicalistas

5 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

estimaram que não eram suficientemente fortes para se opor às grandes madeiras, devido a seu grande poder econômico, mas também devido ao fato dos agricultores estarem divididos nas suas opiniões.

A 2ª fase da pesquisa foi realizada de outubro de 1994 a fevereiro de 1995. Proprietários e empregados de serrarias, assim como outros madeireiros foram entrevistados por meio de um questionário. Outras informações foram obtidas também por intermédio de conversas informais com habitantes do município.

3. A restituição da pesquisa e as ações iniciadas

3.1. Os resultados da pesquisa sobre a exploração da madeira

Os resultados da pesquisa sobre exploração da madeira serão apresentados aqui de forma resumida, dando maior importância aos resultados que provocaram uma discussão.

Durante os últimos quatro anos a exploração da madeira aumentou consideravelmente no município de Uruará. Atualmente, a produção de madeira serrada representa 43% da renda do município em relação à agricultura e à pecuária. Existem 5 serrarias médias, que produzem cada uma em torno de 2.000m³ de madeira serrada/ano; 3 grandes empresas exportadoras, que produzem

10.000m³; uma dezena de pequenas serrarias que produzem em torno 500m³ e os madeireiros "toreiros" (que não possuem serraria), que exploram entre 1.000 a 1.500m³ de madeira em tora/ano. A produção total do município, em 1994, foi estimada em 115.000m³ de madeira em tora (Salgado, 1995).

No município de Uruará, existem aproximadamente 3.750 famílias de agricultores. Se consideramos que cada família desmata em média 2,5 ha/ano de floresta para a agricultura de corte-queima, chega-se a um volume de madeira comercializável de aproximadamente 140.000m³. Isso significa uma produção potencial de madeira mais importante que a produção atual do município. Entretanto essa madeira das áreas desmatadas é raramente utilizada devido a sua presença em fracas quantidades em cada propriedade e conseqüentemente sua difícil concentração.

Atualmente, estima-se que 50% do volume global de madeira extraída no município provém de terras colonizadas e que a outra metade provém de áreas devolutas e de reservas indígenas. Principalmente as serrarias exportadoras, que exploram poucas espécies e de alto valor comercial (como cedro e mogno), deslocam facilmente suas equipes de exploração para outras regiões, uma vez que esse tipo de madeira começa a se esgotar. Assim, existem equipes que estão até a 300 km de uma via de escoamento (estrada ou rio).

Os preços da madeira são bastante variáveis ao longo do circuito de comercialização. De acordo com dados de 94, os preços da árvore em pé variam entre 12 e 30 reais, segundo a espécie, o m³ em tora varia entre 20 e 60 reais e o m³ serrado (na serraria) entre 100 e 337 reais⁶. O preço da árvore em pé comprada no lote dos agricultores varia também de acordo com as relações entre madeireiros e agricultores. Caso o agricultor tenha necessidade de uma estrada, o preço da árvore pode ser reduzido ou até mesmo nada valer. Vários grupos de agricultores de uma mesma vicinal fazem contratos com madeireiros em troca de árvores de seus lotes contra a abertura de uma estrada, indispensável ao escoamento dos produtos agrícolas.

Analizamos os custos e os lucros de uma serraria média (tabela 1), com uma produção de 5000 m³ de madeira em tora por ano, baseando-

se na extração de cedro (*Cedrela odorata*) (a madeira mais explorada em 94 no município), a uma distância média de 60 km da serraria. O lucro das grandes serrarias por m³ extraído e serrado é quase o mesmo que o das serrarias médias. Os agricultores que serram eles próprios a madeira com motosserra e a vendem a comerciantes chegam a ter um lucro de 54 reais por m³. Mesmo se o preço da madeira serrada no lote é quase a metade da madeira serrada nas serrarias, os custos são muito baixos, devido ao transporte com tração animal (carroças de bois) ou à utilização de mão-de-obra familiar.

Consideramos que o baixo preço da árvore em pé é uma das causas da exploração predatória dos recursos florestais. Incentivar os produtores a aumentar o preço de venda das árvores em pé deveria normalmente reduzir a pressão

6 1 real era equivalente a 1 dólar americano na época em que a pesquisa foi feita.

Tabela 1. Custos e lucros estimados para uma serraria média trabalhando com cedro (1994).

Valor da produção

Valor da madeira serrada: 2.000 m³ x R\$357=R\$714.000

Custos:

Compra das árvores: R\$7,5 x 5.000 m ³	R\$37.500 (5% do valor da prod.)
Extração (manutenção e depreciação)	R\$28.500
Transporte (idem)	R\$51.000
Transformação (idem)	R\$75.000
Salários e encargos sociais	R\$54.000
Taxas (IBAMA + SEFA)	R\$122.400
Interesse do capital	R\$26.600
Total custos:	R\$395.00 (55% do valor da prod.)

Nota 1: IBAMA - Instituto Brasileiro do meio ambiente e Recursos Renováveis
SEFA - Secretaria da Fazenda.

Nota 2: Uma árvore de cedro em pé custa R\$30.
Considerou-se o volume médio de cada árvore de cedro como 4 m³.
Portanto, o preço de compra é equivalente a R\$7.5.

exploratória e incentivar a gestão mais racional da floresta. Entretanto, no caso estudado, onde a maior parte da madeira extraída pelas grandes empresas (equivalente a 50% do volume total do município) se encontra nas áreas devolutas ou mesmo nas reservas indígenas, é duvidoso que um tal aumento contribua para frear a exploração.

Com relação aos impactos negativos provocados pela exploração, o mais importante é a invasão dos madeireiros nas reservas indígenas. A área de distribuição do mogno na Amazônia brasileira coincide com a existência de 79 reservas indígenas (CEDI, 1993). Na região da Transamazônica e dos rios Xingu e Iriri, a maioria das reservas já foi invadida. Se existe um contato direto entre os madeireiros e os índios, os impactos sociais são muito fortes. Alguns índios começam a negociar as árvores e seu valor é ainda menor que aquele proposto aos agricultores. A partir de contatos com "os brancos", começam a existir os problemas de desestruturação das tribos (sobretudo devido ao alcoolismo) e de transmissão de doenças. A exploração provocou também impactos ecológicos não desprezíveis sobre a vegetação, e conseqüentemente sobre a caça, que é a alimentação de base de diversos grupos indígenas. O problema mais grave, entretanto, é a ocupação dos agricultores nas reservas (na reserva Arara, em Uruará, existem atualmente 350 famílias de agricultores).

Nas demais áreas, a exploração da madeira vem causando

uma ocupação desordenada no espaço, devido à abertura de pistas cada vez mais distantes da Transamazônica e, com isso, vários problemas sociais e econômicos surgiram: a manutenção das vicinais pela prefeitura tornou-se difícil ou até mesmo impossível devido às suas distâncias de, às vezes, até 90 km; falta de transporte dos produtos agrícolas até a Transamazônica; e dificuldade de implantação de serviços sociais como escolas e serviço médico.

3.2. O Seminário municipal sobre a madeira

Durante o andamento da pesquisa, o STR sempre esteve a par do que estava sendo feito e, após cada ida ao município, um relatório era feito e transmitido ao MPST. Entretanto, os resultados da pesquisa não foram a cada etapa discutidos com um grupo maior de agricultores da base. Eles foram apresentados de forma finalizada durante o "Seminário Municipal sobre a Madeira", realizado em março de 95, que reuniu madeireiros, representantes de associações e comunidades, e também instituições locais e governamentais (como EMBRAPA e SUDAM).

Esse seminário fez parte de uma série de discussões preparatórias para a 2ª Conferência, realizada em setembro de 95 (outros seminários aconteceram sobre a colonização, a agricultura e o associativismo).

A apresentação do LAET foi fortemente criticada pelos

madeireiros, principalmente no que diz respeito aos lucros realizados por eles, e à estimativa do volume de madeira comercializado que contradizia as estatísticas oficiais. Os técnicos presentes não tomaram a palavra, e ficaram criticando a apresentação entre eles. A participação dos agricultores nos debates foi mais fraca que na 1ª Conferência. O sindicato quase não participou, sendo que alguns de seus representantes não estavam de acordo com o caráter político do Seminário. É preciso ressaltar que pudemos assistir “nos bastidores” a intensas negociações em torno dos candidatos potenciais à próxima eleição municipal, sendo que a FUNDASUR⁷ estava dividida entre pelo menos dois “lobbies” em que estavam representados madeireiros, técnicos e comerciantes; e a igreja e o STR tentando “se posicionar”.

Por um lado, vimos que houve um entendimento da pesquisa por parte dos agricultores, mas, por outro lado, constatamos que ela não conseguiu reforçar as organizações de agricultores frente às relações importantes que existem entre madeireiros, políticos e instituições locais.

Mais uma vez, por meio de trabalhos de grupo, várias propostas foram feitas, sendo que houve uma votação de propostas prioritárias, consideradas mesmo como resoluções,

que seriam discutidas com representantes da Secretaria do Planejamento do governo, cuja visita já estava marcada. Pode-se dizer que a votação (como forma “democrática”) foi na verdade uma estratégia para que prevalecessem também algumas propostas dos madeireiros, notadamente a abertura de uma estrada no norte do município, para o escoamento da madeira pelo rio.

As demais resoluções foram: a criação de uma floresta municipal; a criação de uma cooperativa para explorar e comercializar a madeira pelos agricultores; a recuperação de resíduos das serrarias a partir da criação de marcenarias e de formas alternativas de energia; a produção de mudas de espécies florestais e a viabilização da formação dos agricultores na maioria dos setores florestais.

Pudemos observar também que as empresas madeireiras não formam um bloco homogêneo, mas possuem interesses diversos e às vezes até contraditórios. As pequenas e médias serrarias, instaladas há bastante tempo no município, não viram com bons olhos a chegada de grandes madeireiras muito “móveis”, especializadas na exploração rápida e intensa das espécies de maior valor, e que irão embora, depois que os danos já estiverem feitos. Também, as pequenas serrarias estiverem muito mais preocupadas em manter boas relações com os agricultores, que são seus principais fornecedores, enquanto que as grandes têm equipes

7 A FUNDASUR, apesar de ter tido uma participação do STR, foi pouco a pouco concentrando todas as decisões de acordo com os interesses dos grupos de maior poder econômico e político no município (compreendidos aí os madeireiros).

de exploração e equipamentos modernos, que lhes permitem explorar a madeira nas áreas devolutas, distantes das estradas principais.

Finalmente, para um certo número de propostas, os interesses econômicos dos agricultores e das madeireiras podem coincidir. Por exemplo, os madeireiros apóiam voluntariamente os projetos de reflorestamento pelos colonos, que não lhes custam nada, permitem diminuir as críticas da opinião pública em relação à exploração madeireira, e de certa forma (por que não?) podem assegurar um certo futuro de sua atividade a longo prazo.

Da mesma forma, a idéia de produzir eletricidade menos cara (e principalmente de forma mais regular), a partir dos resíduos de madeira, interessa a todos, já que muitos agricultores têm uma parte de sua família na cidade de Uruará. As serrarias, por sua vez, devem produzir sua própria eletricidade (com custo alto), a partir de geradores a diesel, já que a companhia local é incapaz de assegurar um abastecimento regular.

3.3. As propostas para a valorização da madeira pelos pequenos agricultores

Para pensar na gestão dos recursos naturais em nível coletivo, ou seja, na conservação da floresta em nível regional, é evidente que os agricultores devem também encontrar aí um interesse individual.

Assim, para uma melhor

evidente começar a venda da madeira comercial disponível nas parcelas desmatadas para a agricultura. A venda da madeira em tora nas serrarias daria lucros muito fracos, devido ao alto custo do transporte⁸. Para reduzir então esse custo, uma solução identificada pelo LAET era vender a madeira já serrada em pranchas (com motosserra). Isso permitiria aos agricultores serrar e comercializar a madeira sem um grande investimento e no seu próprio ritmo.

A criação de uma cooperativa para vender a madeira em tora, ou serrada, implicará sempre problemas de gestão, ainda mais em se tratando de uma estrutura grande e difícil de manter. Uma experiência anterior de cooperativa, realizada no município vizinho de Rurópolis, foi fracassada e a serraria acabou nas mãos de madeireiros privados.

3.4. O teste de serragem no lote

Em outubro de 95, um curso de 4 dias para uma melhor utilização da madeira foi feito em Uruará. Quinze agricultores participaram. A idéia era ver como se podia serrar a madeira nos lotes, quais eram os custos e comparar com outras possibilidades (serraria, venda da madeira em tora).

É evidente que a compreensão

⁸ Em Marabá, o sindicato começou uma experiência idêntica. Os agricultores extraíram algumas árvores de valor da floresta e nas parcelas queimadas para o cultivo. Eles alugaram um transporte e venderam a madeira na serraria. De fato, eles tiveram prejuízo, pois o volume de madeira não compensou a

da pesquisa pelos agricultores é facilitada com a prática. Nesse curso, o inventário das espécies de madeira na floresta do lote, a cubagem, a serragem da madeira e todos os cálculos foram feitos com os agricultores. Os resultados desse teste confirmaram nossas hipóteses iniciais. O custo total para serragem e transporte de madeira tipo cedro até uma serraria seria de 49 reais/m³, no caso de madeira de roça. Senão, teria que acrescentar 3,7 reais/m³ relativos à extração. Mesmo assim, o agricultor teria um lucro de 50% por m³. Entretanto foi visto que nem para todo tipo de madeira é evidente a serragem com motosserra. No caso de madeiras duras, como o jatobá (*Hymenaea courbaril*) seria necessária uma adaptação para o uso de motosserras.

As etapas e os objetivos eram, portanto, suficientemente concretos para estimular o início de uma experiência coletiva de melhor utilização da madeira. A realização desses seminários, reunindo por vários dias produtores da base e pesquisadores, parece fundamental para se passar das intenções ao início de uma prática. Uma cartilha foi feita pelo LAET posteriormente para recapitular os resultados do teste e os principais pontos da formação. A partir daí, o STR discutiu o prosseguimento do trabalho. Porém, quando os agricultores da base já manifestavam um certo entusiasmo pela idéia de vender madeira serrada artesanalmente com motosserra, o sindicato decidiu que esse método era muito “primitivo” e que era mais

interessante montar uma pequena serraria móvel. O fato de que um dos responsáveis do STR tinha visitado pouco tempo antes a experiência piloto do CAT⁹ em Marabá, onde uma serraria móvel tinha sido financiada e começava a ser instalada, certamente influenciou sua posição. É provável que ele tenha julgado preferível optar por um projeto de “prestígio” com a chegada de equipamentos e de fundos significativos, e que poderia rapidamente incluir um número muito maior de agricultores, a adotar a proposta mais progressiva da equipe de pesquisa. É provável também que o STR tenha recebido promessas da parte de alguns técnicos e políticos presentes nas conferências municipais de que grandes financiamentos poderiam ser mobilizados facilmente para um projeto desse tipo. Até mesmo um dos diretores do STR começou imediatamente a recensear as famílias interessadas em participar de um projeto comunitário de gestão de madeira, em duas comunidades. A equipe de pesquisa manifestou certa preocupação com essa decisão, na medida em que se questiona ao mesmo tempo sobre a viabilidade econômica dessa serraria móvel, sobre a possibilidade de organizar concretamente e juridicamente os agricultores para “socializar” suas florestas e a capacidade de gestão coletiva das organizações locais.

Alguns meses depois, fomos informados de que este projeto de Uruará tinha sido identificado como

9 Centro Agro-Ambiental do Tocantins.

“projeto promissor para a gestão dos recursos florestais” pelos consultores do Programa Piloto. Fomos convidados a acompanhar uma visita de reconhecimento a Uruará. Foram feitos contatos com o STR e a FUNDASUR, mas bem pouco com agricultores da base. Observou-se então certa competição entre o STR e a FUNDASUR para ser identificado como responsável pelo projeto. A situação era delicada na medida em que a FUNDASUR podia se prevalecer de ter organizado o Seminário sobre a Madeira, e de representar o conjunto dos interesses municipais, mas o STR era o único que começava um trabalho concreto nesse sentido, e, além disso, era representativo da categoria dos agricultores concernidos pelo projeto. Finalmente os consultores recomendaram que a FUNDASUR fosse a organizadora do projeto com o apoio técnico da EMBRAPA e do LAET.

Entretanto, o STR e o LAET não foram consultados na redação do pré-projeto. A FUNDASUR justificou a sua posição colocando que o projeto deveria beneficiar todas as organizações de agricultores do Município, e não só o STR. Porém, não foi definido qual seriam os beneficiários do projeto, e conseqüentemente não houve nenhuma discussão com os agricultores sobre o seu conteúdo. É previsto que esta discussão será retomada quando o pré-projeto for aprovado. Sem esta nova etapa, as chances de sucesso seriam

reduzidas¹⁰. A curto prazo o resultado foi a desmobilização dos agricultores e das lideranças já envolvidas no teste de transformação e de comercialização da madeira, assim como a parada do processo gradativo de formação e experimentação proposto pelo LAET.

Do nosso ponto de vista, isso representa um caso interessante em que a boa vontade dos financiadores resulta no efeito inverso ao desejado, ou seja, a estagnação de um processo iniciado em pequena escala e baseado nos meios localmente disponíveis. Esta estagnação se deve à espera de um “grande” projeto que teria a capacidade de resolver os problemas em um passe de mágica. Vimos também como a estratégia das instituições locais para ocupar o espaço criado pelo processo de planificação municipal levou a deixar de lado alguns dos participantes iniciais, insuficientemente preparados para o jogo de busca de financiamentos.

10 Como também do restante, sobre os critérios de seleção dos financiadores. Diversos exemplos observados na região demonstram que os critérios adotados pelo Programa Piloto sob a influência do Banco Mundial se preocupam muito com a coerência sobre a “forma” do projeto (é preciso preparar uma boa justificativa, um calendário de execução e um orçamento detalhado), e bem pouco sobre a existência real de uma discussão dos interessados para preparar esses projetos. O que favorece, então, projetos redigidos por especialistas em detrimento de projetos das organizações de base.

4. Os resultados dois anos depois

O que vemos hoje, dois anos depois desse trabalho, é que os resultados não alcançaram totalmente os nossos objetivos. O projeto de floresta municipal foi aparentemente abandonado, o projeto de cooperativa da gestão e valorização da madeira não avançou. O único projeto novo que foi iniciado foi um programa piloto agro-florestal ("PED")¹¹, que prevê o fornecimento de mudas de espécies de madeira e frutíferas, e a instalação de agro-indústrias encarregadas de tratar as frutas. Esse projeto é gerenciado pela prefeitura, cujo prefeito foi mudado no final de 1995. O projeto por enquanto ainda não iniciou efetivamente.

Por outro lado, observa-se que os madeireiros realizaram o seu sonho, que era abrir a estrada em direção ao rio Curuá, no norte do município, de onde eles podem exportar a madeira com menor custo. Aparentemente eles não receberam os fundos que desejavam e abriram a estrada com seus próprios investimentos, e, por isso, consideram hoje a estrada como propriedade privada e proibida a outras pessoas.

Toda a "propaganda" feita em torno da Conferência permitiu mesmo assim ao município tornar-se o primeiro da Transamazônica a receber os créditos agrícolas PRONAF¹², em

1996, e se beneficiar da implantação de um posto do INCRA e de um novo assentamento de agricultores. De forma geral, permitiu atrair créditos públicos para o município, com o apoio da SECTAM.

Do ponto de vista das relações de força locais, o processo se traduziu por um enfraquecimento do STR em relação a FUNDASUR, controlada por técnicos com o apoio das elites locais. A prefeitura não conseguiu tirar proveito dessa dinâmica, e as eleições de 95 viram a vitória da oposição, pouco interessada pelo prosseguimento do planejamento participativo. O LAET, por sua vez, se encontra como observador de um processo, esperando a formulação de uma eventual nova demanda e redefinição de estratégia pelos atores locais.

Na verdade, percebemos também depois que os interesses e a estratégia das organizações de produtores não correspondiam exatamente àqueles dos agricultores da base em Uruará. Uma das prioridades das organizações nesta época era conseguir eleger algumas das suas lideranças para as prefeituras. Um dos dirigentes do MPST, que aliás mais acompanhava o trabalho de pesquisa sobre a exploração da madeira, se candidatou a vice-prefeito dentro de uma coligação apoiada pelos madeireiros do município. Obviamente, isto influenciou a posição que foi tomada no momento do Seminário da madeira quando os madeireiros se sentiram ameaçados nos seus interesses econômicos e políticos. Se

11 Esse projeto é financiado pelo Banco Mundial.

12 Programa de financiamento para a agricultura familiar.

a pesquisa tem um compromisso com os agricultores, torna-se claro hoje que para se chegar a uma estratégia de discussão de planificação coletiva, a equipe de pesquisadores deve tentar trabalhar mais diretamente com grupos de agricultores da base, e analisar de forma crítica as relações entre os atores, inclusive entre as lideranças e as bases.

Conclusão

A pesquisa-ação feita em Uruará permitiu associar efetivamente, numa primeira fase, pesquisadores e atores locais numa discussão sobre o futuro do município. A equipe de pesquisa escolheu inicialmente realizar um diagnóstico participativo, o que lhe permitiu conquistar certa legitimidade com agricultores, na medida em que a restituição foi resultado de um esforço pedagógico apreciável. Os pesquisadores decidiram em seguida aprofundar o conhecimento sobre a utilização dos recursos florestais, principalmente a partir de uma análise das estratégias e das práticas dos usuários diretos (agricultores e madeireiros). A hipótese implícita desse estudo era de que um melhor conhecimento e esclarecimento dos entraves e pontos de vista dos diferentes grupos de usuários, com interesses diferentes e freqüentemente contraditórios, deveriam permitir o avanço na negociação entre eles, a fim de encontrar soluções aceitáveis por todos, ou pelo menos pela grande maioria dos usuários, no interesse da

maioria da população e das próximas gerações.

De fato, certo número de propostas inovadoras foram feitas durante o "Seminário sobre a madeira". Mas os resultados ulteriores demonstraram que uma boa parte destas propostas foram objeto de acordos prévios entre os diferentes grupos locais mais influentes, certos políticos e representantes do serviço público, e não resultavam, em geral, na discussão dos resultados de pesquisa. Os pesquisadores têm hoje consciência de que eles foram manipulados por esses grupos, tendo como principal função legitimar essas propostas aos representantes do Estado que eram os principais alvos no seminário. A falta de experiência da equipe neste campo da política local, o fato de que ela não residia no local, mas também não era inserida nas redes políticas regionais e estaduais, foram certamente fatores que explicam a demora a tomar consciência desta situação e reagir. Pode-se temer que os grupos de usuários mais poderosos acabem por ser os principais beneficiados deste trabalho, seja diretamente ao nível dos recursos que poderão ser canalizados, seja pelo aumento de seu prestígio político.

Ficou então cada vez mais claro para a equipe de pesquisa que a dinâmica de planificação local não podia ser compreendida sem uma análise dos objetivos e estratégias de numerosos grupos de atores **não diretamente usuários dos Recursos Naturais**: técnicos governamentais,

políticos, comerciantes, professores, no nível local, organizações de produtores, ONG e organismos públicos em nível do Estado do Pará e federal. Não podemos concentrar-nos unicamente na análise dos interesses dos usuários diretos ou indiretos, como aparece geralmente nas teorias da gestão de recursos naturais. Hoje nos parece claro que a participação dos pesquisadores num processo de planificação local implica um esforço de análise da dinâmica sócio-política local e regional no seu conjunto. Sem este conhecimento, parece difícil distinguir a "retórica" das "declarações sinceras". A partir desta análise, a equipe de pesquisa deve estabelecer uma estratégia de intervenção, a fim de evitar especialmente seu eventual "resgate" por certos grupos locais bem organizados em detrimento de uma verdadeira participação democrática dos grupos mais numerosos, porém menos influentes na sociedade.

Um dos elementos dessa estratégia consistiria, no caso estudado, em privilegiar o diálogo direto com os pequenos agricultores e o reforço de suas organizações anteriormente à abertura de um diálogo equilibrado com os outros atores locais. A assinatura, desde o início, de um convênio de vários anos precisando os objetivos e os papéis dos diferentes parceiros, na pesquisa principalmente, parece igualmente necessária para limitar os riscos de instrumentalização da pesquisa participativa.

Observou-se também, a partir

dessa pesquisa, que a sua restituição deveria ser anterior ao Seminário de madeira, para um grupo de agricultores da base, e não somente para lideranças do sindicato e do MPST. Dessa forma, durante o Seminário, os agricultores já teriam talvez uma estratégia definida.

A planificação participativa, no entanto, está longe de ser um exercício de duração limitada, e nos parece supor uma "ida e volta" entre um trabalho de "conscientização" dos grupos sociais subordinados e a abertura de diálogos e de negociações com os outros atores locais e o Estado. A alternância entre fases de análise, pesquisa e intervenção, e observação dos resultados permite progredir do ponto de vista da compreensão das dinâmicas locais, melhorar as metodologias propostas e questionar as hipóteses e os paradigmas iniciais.

Referências bibliográficas

- BARBIER, R. *La recherche action*. Col. Anthropos. Paris, Ed. Economica, 1996.
- BARROS, A. C. & VERÍSSIMO, A. *A expansão da atividade madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará*. Belém, IMAZON, 1996.
- BELLON, S.; MONDAIN-MONVAL, J. F. & PILLOT, D. Recherche développement et Farming System Research, à la quête de l'opérationnalité, in: *Systèmes de productions agricoles caribéens et alternatives de développement*. DAC/UAG, Pointe à Pitre, 1985, p 467-485.
- CASTELLANET, C.; ALVES, J. & DAVID, B. A parceria entre organizações de produtores e equipe de pesquisadores. *Agricultura Familiar*, vol.1, nº 1, NEAF/ UFPa, Belém, 1996.
- CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. & CELESTINO FILHO, P. Diagnóstico Preliminar da Agricultura Familiar na Transamazônica: Pistas para pesquisa-desenvolvimento. *Boletim de pesquisa EMBRAPA/ CPATU*, Belém, 1995, (no prelo).
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). O "Ouro Verde" das Terras dos Índios (exploração empresarial de madeira de lei em áreas indígenas da Amazônia brasileira). Relatório não publicado, 1993, 52 p.
- CHABOSSEAU, J. M.; CHEVALLIER, C. & DARRE, J. P. Facteurs d'évolution de problématique en recherche participative, in: *Symposium international Recherches-systèmes en agriculture et développement rural*. Montpellier, 21-25 Novembre 1994, p 28-33.
- CHAMBERS, R.A.; PACEY & THRUPP, L.A. *Farmers first: Farmer innovation and agricultural research*. London, Intermediate technology Publication, 1989.
- DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, M.G.; TOPALL, O. & HÉBETTE, J. *Agricultures familiales et développement en front pionnier amazonien*. Ed. LASAT/CAT/GRET/UAG, 1995.
- GEFFRAY, C. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris, Karthala, 1995, 195p.
- HAMELIN, P. Occupation humaine le long de la Transamazonienne: le cas de Uruará. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1990, 11p.

- HEBETTE, J. Relações pesquisadores agricultores. Uma análise estrutural. *Agricultura Familiar*. Vol.1, nº 1, NEAF/UFPA, Belém, 1995, p.39-57.
- LAET-MPST. *Relatório do Seminário "Pesquisa Agro-Ambiental na Região da Transamazônica"*. Altamira, LAET, 1993.
- LAET-MPST. *Relatório do 2º Seminário de planificação estratégica do PAET*. Altamira, LAET, 1994.
- LONG, N. & VILLAREAL, M. The interweaving of knowledge and power in development interfaces. In: SCONES I. e THOMPSON, J. (orgs.). *Beyond Farmer first*. London, Intermediate Technology Pub, 1994.
- MERRIL SANDS, D. & COLLION, M. H. Making the farmers' voice count: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. *Journal for Farming System Research-Extension*, vol.4, nº 1, 1993, p.139-161.
- MOSER, W. & PETERSON, J. Limits to Ogelburgl's growth. *Ambio*, vol.10, nº2-3, 1981, p.68-72.
- ORSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Camb. Univ. Press, New York, 1990.
- REGINA, M.; ROCHA, C.G.; ZAQUIEU, J.H. & ALBUQUERQUE, J. *Estudo da dinâmica de funcionamento da localidade 110 N, Medicilândia*. Belém, UFPA/NEAF/DAZ, 1995.
- RHOADES, R.E. Tecnicista versus campesinista: praxis and theory of farmer involvement in agricultural research. In: *Coming full Circle. Farmers participation in the development of technologies*. IDRC. Ottawa, 1984, p 139-150.
- RHOADES, R.E. & BOOTH R. Farmer-Back-to-Farmer: A Model for Generating Acceptable Technology. *Agric. Adm.*, nº 11, 1982, p.127-137.
- SALGADO, I. *Relatório de pesquisa sobre a exploração madeireira feita em Uruará*. Doc. interno LAET, 1995.
- SUSSKIND, L. & CRUIKSHANK, J. *Breaking the impasse: Consensual approach to resolving public disputes*. USA, Basic Books. Harper Collins Pub, 1987
- VERSPIEREN, M.R. La recherche-action de type stratégique. *Revue Int. de Systémique*, vol.6: nº 4, 1992.